



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Julho de 2023
em Agosto de 2023

A economia brasileira no primeiro semestre

No primeiro semestre de 2023, a economia do Brasil exibiu flutuações na sua dinâmica, conforme evidenciado pela média móvel trimestral do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br). Durante o governo anterior, o IBC-Br permaneceu relativamente estável, como ilustrado no gráfico 1. Contudo, houve exceções, como em 2020, quando a economia foi impactada pela Covid-19, levando à adoção de medidas de orçamento de guerra para estimular a recuperação. O ano de 2022 também se destacou, com um notável estímulo fiscal no primeiro semestre, incluindo transferências sociais que totalizaram cerca de R\$ 70,6 bilhões (a preços de junho de 2023).

No atual governo, nos seis primeiros meses do ano, foram injetados na economia cerca de R\$ 111,4 bilhões por meio de programas como os auxílios emergencial e Brasil, BCP, além do novo Bolsa Família. Isso representou um aumento real de 58% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Paralelamente, o salário-mínimo teve um aumento real de 6,2%, rompendo com a tendência dos anos anteriores em que apenas o reajuste pela inflação era aplicado. Essas medidas impulsionaram a demanda agregada e resultou no afastamento da média móvel trimestral do IBC-Br, que ficou acima de 140,0 até o mês de abril.

Apesar dos esforços de estímulo, há indícios de enfraquecimento da economia para manter o processo de retomada, indicando que as medidas até então implementadas não são suficientes. Os fatores autônomos de gastos, necessários para impulsionar a retomada, mas insuficientes, enfrentam obstáculos nas taxas de juros definidas pelo Banco Central do Brasil.

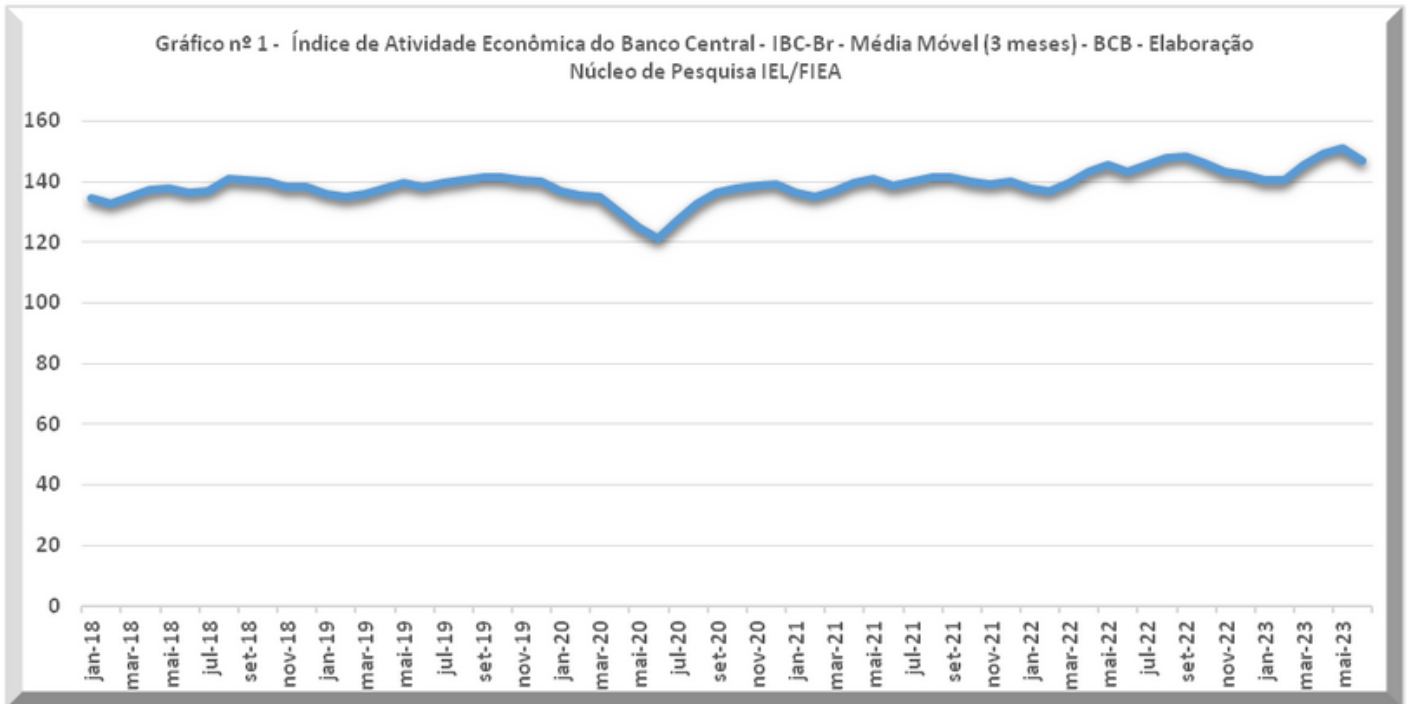
Até junho, a taxa média de endividamento das famílias estava em torno de 50% da renda acumulada nos últimos doze meses, com um comprometimento da renda com o serviço da dívida de cerca de 28%. Espera-se que o programa em andamento e a tendência de convergência da inflação para a meta possam, ao longo do tempo, resolver a questão do endividamento, liberando espaço no orçamento das famílias para operações de crédito. No entanto, o desafio reside no gradualismo da redução das taxas de juros pelo Banco Central do Brasil, o que manterá o custo financeiro elevado para as empresas. Isso dificultará o acesso a capital de giro e a investimentos, devido ao aumento da inadimplência empresarial.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vem ressaltando que a questão dos juros está cada vez mais relevante como um fator que contribui para o desempenho insatisfatório da indústria, alcançando a maior marca da série histórica. Apesar das dificuldades enfrentadas com os juros, em agosto de 2023, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)[1] aumentou em 2,1 pontos, chegando a 53,2 pontos. Isso coloca a confiança da indústria no nível mais alto desde outubro de 2022, principalmente devido a melhorias nas expectativas. O índice de expectativas em relação aos próximos seis meses da economia brasileira transitou do pessimismo para o otimismo.

O alinhamento das políticas fiscal e monetária nos próximos meses desempenhará um papel crucial no crescimento sustentável da economia brasileira. Para atingir esse objetivo, é fundamental que o Banco Central do Brasil desempenhe o seu papel de maneira adequada.

[1] ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial - Portal da Indústria - CNI (portaldaindustria.com.br)

A economia brasileira no primeiro semestre



Com Selic a 13,25% a taxa real continua restritiva

No mês de julho, a taxa acumulada do IPCA nos últimos 12 meses registrou um aumento para 4% ao ano, em comparação com os 3,2% registrados em junho. Contribuindo para a variação mensal de 0,12% em julho, o principal fator por trás do aumento da taxa de inflação foi o crescimento de 0,45% nos preços monitorados durante o mesmo período. Enquanto isso, observou-se uma deflação de -0,09% nos preços comercializáveis, acompanhada por um discreto aumento de 0,08% nos preços não comercializáveis.

Considerando a inflação acumulada nos últimos 12 meses, a taxa de juros real da Selic permanece consideravelmente acima da estimativa da taxa neutra de longo prazo, a qual varia entre 4% a 5%, mesmo após a recente redução de 50 pontos-base na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM).

A postura do Banco Central do Brasil (BCB) de manter a taxa de juros Selic em um patamar restritivo por um período prolongado, indicada na ata da última reunião do COPOM ao mencionar o início de um ciclo gradual de flexibilização monetária, pode não ser suficiente para mitigar o risco de uma desaceleração pronunciada na economia brasileira, como já alertado. Isso se deve às perspectivas de um contínuo enfraquecimento na demanda econômica, bem como aos encargos financeiros elevados para famílias e empresas, e aos altos juros da dívida pública, que persistem apesar do ajuste fiscal em andamento com a aprovação do novo arcabouço fiscal e avanço da reforma tributária.

A avaliação dos riscos realizada pelo BCB para guiar o ritmo dos ajustes na taxa Selic revela dois cenários possíveis. Por um lado, riscos ascendentes para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação incluem a possibilidade de pressões inflacionárias globais persistentes e a resiliência da inflação de serviços superar as previsões devido a um hiato de produção mais estreito. Por outro lado, há riscos para baixo, como a ameaça de uma desaceleração mais acentuada na atividade econômica global, especialmente em decorrência de condições adversas nos mercados financeiros globais, bem como os possíveis impactos mais fortes do aperto monetário coordenado na desinflação global.

De acordo com a Nota Econômica Nº 28 da Confederação Nacional da Indústria (CNI)[2], a indústria de transformação brasileira enfrenta desafios primordialmente relacionados a três fatores: uma carga tributária elevada, demanda interna insuficiente e taxas de juros elevadas. Essas dificuldades têm conduzido à perda de competitividade, à redução da demanda por produtos industriais e a obstáculos no acesso a crédito e no cumprimento de empréstimos. O alto nível de inadimplência empresarial evidencia ainda mais a dificuldade enfrentada pelas empresas, tornando a situação da indústria ainda mais complexa. Embora a questão tributária esteja em processo de tramitação no Congresso e possivelmente próxima de resolução, a insuficiência de demanda surge como resultado de uma política de juros excessivamente restritiva, impactando tanto a oferta, com o aumento dos estoques industriais e dos custos de financiamento, quanto a demanda, especialmente no caso de bens de consumo duráveis.

A produção industrial brasileira em junho de 2023

Em junho de 2023, a indústria brasileira registrou um crescimento de 0,1% na produção, com ajuste sazonal. Em comparação com o mesmo mês em 2022, a produção industrial aumentou 0,3%, desacelerando em relação aos 1,9% observado em maio (na mesma métrica). De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)[1], as indicações mais recentes não apontam para uma expansão robusta nos próximos meses. O resultado do 2º trim/23, como vimos, foi mais fraco para três dos quatro macrossetores industriais. Além disso, 76% dos ramos da indústria de transformação apresentaram, em jun/23, estoques maiores do que o planejado, não estimulando a produção. E, segundo indicadores da FGV e da CNI, as avaliações das condições atuais de negócios encontravam-se em região de pessimismo no final do último semestre”.

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,1	0,3	-0,3	0,1
Bens de capital	-1,2	-10,3	-9,7	-5,8
Bens Intermediários	-0,3	1,8	-0,5	-0,5
Bens de consumo	0,3	-0,5	2,3	2,4
Bens de consumo duráveis	-4,6	-3,9	5,7	5,9
Semiduráveis e não duráveis	0,9	0,1	1,8	1,7
Extrativa Mineral	2,9	11,0	5,8	1,2
Transformação	-0,2	-1,5	-1,3	-0,2

Ainda segundo o IEDI, os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que a utilização da capacidade instalada da indústria de transformação ao alcançar 78,7% em jun/23, recuou 0,3 ponto percentual em relação ao resultado de mai/23, na série com ajuste sazonal. Com isso, a capacidade utilizada na indústria ficou 2,0 pontos percentuais acima do indicador pré-pandemia (fev/20: 76,7%), porém, 1,8 p.p. abaixo da média histórica (80,5%).

INDICADORES DE DESEMPENHO

**PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA**

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE
ALAGOAS – FIEA**

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

UNIDADE TÉCNICA – UNITEC/FIEA

Coordenador

Helvio Braga VilasBoas

Elaboração

Núcleo de Pesquisas do IEL/AL

COORDENADORA

Eliana Sá

Informações Técnicas

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Luciana Santa Rita

Consultoras GI

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Pereira Ferro

Estagiários

Raquel Maria Cezario

Bruno Melo Vasconcelos

Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante

Juliana Alves de Melo

Pedro Monteiro de Oliveira



Contato
(82) 2121-3085
(Eliana Sá)

Julho de 2023
em Agosto de 2023